CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PR 13/26

Realizada a pesquisa, sobre a matéria em questão foi localizado:

- Constituição Federal;

- Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;

- Lei Federal nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências;

- Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana;

- Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) e dá outras providências.

- Lei Federal nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, que cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima).- Lei Estadual nº 13.798, de 09 de novembro de 2009, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas;

- Lei Orgânica do Município de São Paulo;

- Decreto nº 45.959, de 6 de junho de 2005, que cria o Comitê Municipal sobre Mudanças Climáticas e Ecoeconomia Sustentável.

- Decreto nº 50.866, de 21 de setembro de 2009, que dispõe sobre as competências, composição e funcionamento do Comitê Municipal de Mudança do Clima e Ecoeconomia.

- Lei Municipal nº 14.887, de 5 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA e dispõe sobre seu quadro de cargos de provimento em comissão; confere nova disciplina ao Conselho do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, ao Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CONFEMA, ao Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA, ao Conselho Consultivo da Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz e ao Conselho Regional de Meio Ambiente e Cultura de Paz; revoga as leis e os decretos que especifica.

- Lei Municipal nº 14.933, de 05 de junho de 2009, que institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo;

- Lei Municipal nº 14.933, de 5 de junho de 2009, que institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo.

Matéria DSP 9509/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 15/06/2026 e juntado ao PR 13/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=744211.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 16.802, de 17 de janeiro de 2018, que dá nova redação ao art. 50 da Lei nº 14.933/2009, dispondo sobre o uso de fontes motrizes de energia menos poluentes e menos geradoras de gases de efeito estufa na frota de transporte coletivo urbano do Município de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 17.262, de 13 de janeiro de 2020, que institui o Código de Direitos, Garantias e Obrigações do Contribuinte no Município de São Paulo.

- Decreto nº 60.290, de 4 de junho de 2021, que institui o Plano de Ação Climática do Município de São Paulo (PlanClima SP).

- Decreto Municipal 63.698, de 27 de agosto de 2024, que aprova a Consolidação das Leis Tributárias do Município de São Paulo, bem como dispõe sobre a aplicação do disposto no “caput” do artigo 1º-A da Lei nº 10.734, de 30 de junho de 1989, aos débitos que especifica;

- Lei Municipal nº 18.223, de 9 de janeiro de 2025, que institui o Programa de Certificação de Impacto Social Paulistano para empresas e organizações do município de São Paulo;

PL 1346/2025 Dispõe sobre a instituição do Programa de Microflorestas Urbanas Comunitárias no município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1462/2025 Institui a Política Municipal de Acesso à Água Potável, mediante a criação de pontos de acesso à água potável em locais estratégicos do Município de São Paulo.

PL 1422/2025 Altera a Lei n° 14.933, de 5 de junho de 2009, para instituir o "Orçamento Sensível ao Clima da Cidade de São Paulo”, como instrumento transversal do orçamento público destinado ao planejamento, classificação, ordenação, empenho, execução, avaliação e transparência das despesas de acordo com seu impacto no enfrentamento da emergência climática e do racismo ambiental, na redução das emissões de gases de efeito estufa e iniciativas de mitigação e adaptação climática.

PL 1346/2025 Dispõe sobre a instituição do Programa de Microflorestas Urbanas Comunitárias no município de São Paulo, e dá outras providências.

PL 1277/2025 Instituiu o Dia Municipal para a Ação Climática.

PL 1276/2025 Dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres no âmbito do Município de São Paulo.

PL 1275/2025 Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007 para incluir o Dia Municipal para a Ação Climática, a ser realizado anualmente no dia 27 de abril.

Matéria DSP 9509/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 15/06/2026 e juntado ao PR 13/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=744211.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 1270/2025 Institui a Política Municipal de Comunicação de Riscos e Prevenção de Desastres no Ambiente Escolar, estabelece diretrizes para a comunicação de alertas junto às instituições de ensino e para a cooperação entre os órgãos de Educação e de Proteção e Defesa Civil.

PL 1269/2025 Dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres no âmbito do Município de São Paulo.

PL 1268/2025 Institui o Dia Municipal para a Ação Climática.

PL 992/2025 Institui o Programa Escola Verde –Plantio de Árvores nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, como ação educativa, socioambiental e climática, em alinhamento com a COP 30.

PL 983/2025 Altera a Lei nº 14.488, de 5 de julho de 2007, para incluir ações de adaptação climática no rol de aplicações do Fundo Municipal de Desenvolvimento de Trânsito – FMDT.

PL 975/2025 Altera a Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, para incluir ações de adaptação climática entre as destinações prioritárias do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB e inserir a definição de “adaptação climática” no Quadro 1 – Conceitos.

PL 931/2025 Dispõe sobre a aplicação de multa indenizatória em casos de falha ou interrupção no fornecimento de energia elétrica ou água pelas empresas concessionárias do serviço público, em dias de interrupção, no âmbito do município de São Paulo e, dá outras providências.

PL 922/2025 Dispõe sobre a implementação da “Ciclovia Inteligente” na cidade de São Paulo, visando a segurança, o incentivo ao uso da bicicleta e a integração com o transporte público, e dá outras providências.

PL 906/2025 Institui o Programa SPClimaSensores de monitoramento comunitário de eventos climáticos extremos no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 893/2025 Dispõe sobre a garantia, proteção e o fomento das ações de solidariedade no Município de São Paulo e dá outras providências. Ver. DHEISON SILVA (PT)

PL 887/2025 Institui o Plano Municipal de Justiça Climática e de Cidade Verde do Município de São Paulo.

PL 717/2025 Altera a Lei Municipal nº 14.933, de 5 de junho de 2009, que institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo, e dá outras providências. [Inclui princípio de justiça climática, resiliência, contratações sustentáveis, educação climática e o Fundo Municipal de Inovação Climática]

Matéria DSP 9509/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 15/06/2026 e juntado ao PR 13/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=744211.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 678/2025 Institui o Programa de Justiça Climática para Periferias e Favelas no município de São Paulo e dá outras providências.

PL 378/2025 Cria o Programa Vagas Verdes, destinado à transformação de vagas de estacionamento em áreas permeáveis e arborizadas para mitigação de ilhas de calor, ampliação da drenagem urbana e promoção da justiça climática

PL 268/2026, Que altera a legislação das CIPA's no âmbito da Administração Municipal, incluindo a consideração de riscos associados a eventos climáticos extremos e condições ambientais no ambiente de trabalho públicoPL 226/2025 Dispõe sobre diretrizes para a adaptação climática na Rede Municipal de Ensino do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 224/2025 Dispõe sobre as bases para elaboração da “Política Municipal de Atenção às Emergências Climáticas e o Combate ao Racismo Ambiental” no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 216/2025 Estabelece diretrizes para assegurar proteção e acolhimento a animais de estimação resgatados em virtude de desastres climáticos e ambientais.

PL 210/2025 Institui o Plano Emergencial de Adaptação Climática nos CEIs, EMEIs, EMEFs, EMIAs e CEUs do Município de São Paulo e dá as devidas providências.

PL 206/2025 Institui a obrigatoriedade da instalação de sistemas de climatização, incluindo aparelhos de ar condicionado, nas salas de aula das escolas públicas municipais, e dá outras providências.

PL 197/2025 Institui medidas emergenciais e permanentes para o enfrentamento de alagamentos, inundações e outros danos causados por chuvas intensas na cidade de São Paulo e dá outras providências.

PL 176/2025 Dispõe sobre o Plano Municipal da Arborização Viária de São Paulo, e dá outras providências.

PL 140/2025 Dispõe sobre as bases para elaboração da “Política Municipal de Atenção às Emergências Climáticas e o Combate ao Racismo Ambiental” no município de São Paulo e dá outras providências.

PL 112/2025 Dispõe sobre a alteração do art. 43 da Lei nº 17.719/2021, que autoriza a criação pelo Poder Executivo do Cartão Emergencial, a ser pago em parcela única nos casos de risco iminente, desastre, situação de calamidade pública e emergência climática, e dá outras providências.

PL 103/2025 Institui o Programa de Auxílio Calamidade Climática da cidade de São Paulo, que dispõe sobre o repasse de recursos via auxílio emergencial, auxílio mobiliário e auxílio empreendedor(a) para pessoas e famílias vítimas de desastres e eventos climáticos extremos, e dá outras providências.

Matéria DSP 9509/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 15/06/2026 e juntado ao PR 13/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=744211.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 29/2025 Decreta o estado de emergência climática no município de São Paulo, estabelece diretrizes e ações para enfrentamento da situação de emergência e dá outras providências

PR 23/2025 Dá nova redação aos parágrafos do artigo 38 e acrescenta inciso XV ao artigo 47 da Resolução n° 02, de 26 de abril de 1991, para criar a Comissão Permanente Extraordinária de Enfrentamento da Crise Climática e Prevenção de Riscos.

PL 21/2025 Decreta o estado de emergência climática no município de São Paulo, estabelece diretrizes e ações para enfrentamento da situação de emergência e dá outras providências

PL 710/2024 Autoriza a criação do Fundo Municipal de Perdas e Danos para Pessoas Atingidas por Eventos Climáticos Extremos.

PL 691/2024 Estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas nas escolas públicas municipais, da rede direta e parceira, em casos de condições climáticas extremas, e dá outras providências

PL 448/2024 Institui o Programa Ambientes Verdes e Saudáveis na Coordenação da Atenção Básica da Secretaria Municipal da Saúde – SMS.

PL 379/2024 Autoriza a concessão de isenção de impostos e taxas municipais para as situações que especifica.

PL 202/2024 Dispõe sobre a criação do Programa de Enfrentamento à Crise e Emergência Climática nas unidades educacionais da rede municipal de ensino.

PL 596/2023 Institui as Brigadas Comunitárias Paulistanas de Defesa Civil com o objetivo de promover a segurança e a capacitação das comunidades para lidar com situações de desastres naturais e emergências, e dá outras providências.

PL 169/2023 Cria a Política Municipal de monitoramento da qualidade do ar por meio de sensores de baixo custo e dá outras providências.

PL 96/2023 Institui Plano Municipal de Informações e Monitoramento de Catástrofes Climáticas.

PL 52/2023 Institui a Taxa de Preservação Ambiental - TPA como medida de mitigação de danos causados por aeronaves privadas, particulares e executivas na cidade de São Paulo

PL 703/2022 Estabelece treinamento de Primeiros Socorros e de Prevenção a Acidentes Domésticos em estabelecimentos de ensino.

Matéria DSP 9509/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 15/06/2026 e juntado ao PR 13/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=744211.

autuado por cintiacarrer em 15/06/2026 14:49:24.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

PL 143/2022 Institui o Auxílio Emergencial para famílias vítimas de fortes chuvas ou ventos, deslizamentos, soterramentos, inundações, desabamentos, incêndios, enxurradas, alagamentos e outros eventos climáticos extremos na Cidade de São Paulo e dá outras providências. (apensado ao PL 60/22)

PL 56/2022 Institui o Fundo Municipal de Adaptação às Mudanças Climáticas no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 50/2022 Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo instituir a Renda Emergencial para Situações de Emergência Decorrentes de Eventos Hidrológicos Extremos no Município de São Paulo e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 15 de junho de 2026.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 9509/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 15/06/2026 e juntado ao PR 13/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=744211.